

*O Estado de São Paulo,
Segunda-feira, 6 de janeiro de 2003*

Retrocessos preocupantes

ACERTOS NA POLÍTICA MACROECONÔMICA DEVEM SERVIR DE MODELO

MARCELO DE PAIVA ABREU

No plano macroeconômico, a continuidade das políticas austeras e virtuosas do que já foi vilipendiado como fernando-malanismo parece assegurada, pelo menos no início do governo petista, mesmo que em meio ao ranger de dentes da ala mais radical do partido. Em relação a temas delicados, como a reforma da previdência pública, ouvir o PT agora é ouvir uma repetição do discurso reformista mais radical do governo FHC, derrotado por uma santa aliança entre a fisiologia e o próprio PT.

Mas, em contraste, já afloram sinais preocupantes de possibilidade de reversão de outras políticas cruciais que vinham sendo sustentadas desde o início da década passada. Nestes casos não há, infelizmente, sinais de que a racionalidade se beneficie do notável aumento de realismo político que acometeu o partido no segundo semestre de 2002. Tais sinais têm-se manifestado com frequência na área de energia, com o abandono de propostas de privatização e ameaça de recaída em políticas discricionárias de preços públicos. Em vez de tratar-se da reformulação de modelos regulatórios, reconhecidamente precários, o objetivo parece ser a volta à gestão centralizada e ineficaz através de órgãos da administração direta.

Talvez o melhor exemplo de retrocesso seja em relação à política externa, inclusive seus aspectos econômicos. No plano essencialmente político, a insistência em conduzir a política externa através da ação de enviados presidenciais certamente rompe com a tradição de preservar a política externa dos extremos da volatilidade gerada pela alternância dos partidos no controle da máquina pública. Não é satisfatória uma situação em que a oposição na Venezuela denuncia abertamente a ingerência do Brasil nos assuntos internos venezuelanos. Não se trata de recomendar timidez na defesa da ordem constitucional de qualquer país, especialmente na América Latina.

Afinal, a única virtude incontestada de Chávez é que foi democraticamente eleito pelo povo da Venezuela. Mas não há muita dúvida de que a ação paralela da diplomacia petista ultrapassou os limites recomendáveis da circunscrição ditada pela defesa dos interesses permanentes do Brasil. O objetivo a ter em mente é a manutenção de relações cordiais e estreitas com a Venezuela de Chávez e, também, pós-Chávez.

Similarmente, no terreno da diplomacia econômica multilateral já começam a surgir indícios de que a posição brasileira tenderia a abandonar o realismo demonstrado a partir do final da década de 80, revertendo à mistura de radicalismo e protagonismo que prevaleceu até então. Só uma recaída profunda no incompetente ativismo industrial que marcou a história do Brasil pós-2.^a Guerra Mundial pode explicar por que o Brasil recentemente resolveu considerar prioritária a reabertura do que se negociou na Rodada Uruguaí quanto a políticas de atração de capital estrangeiro, combinadas a metas de expansão das exportações. É como se o fracasso das políticas do tipo Befiex, que culminaram no famigerado regime automotivo de 1995, simplesmente não tivesse ocorrido. Neste e noutros temas estaria sendo esboçada uma coalizão que reuniria Índia e Brasil à China, novo membro da Organização Mundial de Comércio. Seria uma coalizão anti-Quad, ou seja, um contraponto à coalizão Quad, que reúne EUA, União Européia, Japão e Canadá. É de duvidar-se que a China tenha interesses efetivamente convergentes com exportadores medíocres como o Brasil e a Índia. Para retomar uma política que se revelou ineficiente no longo prazo, o Brasil teria de fazer

concessões compensatórias aos países desenvolvidos. É difícil justificar a alta prioridade que vem sendo atribuída a este assunto ainda no final do governo FHC.

Em meados dos anos 80, com melhor justificativa, porque a memória do Brasil Grande estava fresca, o Brasil e a Índia lideraram uma modesta coalizão obstrucionista no Gatt, o G-10, insistindo na maior importância de temas como agricultura e têxteis quando contrastados aos novos temas, propriedade intelectual e serviços, então sendo propostos pelos EUA. A partir do lançamento da Rodada Uruguai a diplomacia econômica brasileira foi completamente isolada e só salvou a face quando passou à posição de demandeur, especialmente com relação ao protecionismo agrícola, em um quadro de crescente integração com a Argentina. As atuais negociações multilaterais em Genebra devem repetir o ocorrido na Rodada Uruguai, com os países desenvolvidos evitando tratar dos assuntos espinhosos, como agricultura e antidumping, e enfatizando novíssimos temas, tais como meio ambiente e normas trabalhistas, em relação aos quais são demandeurs. Mas nada indica que uma coalizão obstrucionista do tipo anti-Quad vá ter mais sucesso do que o fracassado G-10. Uma aproximação bilateral maior com a Índia, a China - e também com a Rússia e a África do Sul - deve ser objetivo prioritário da política externa brasileira, mas formação de uma coalizão obstrucionista no plano multilateral parece, à luz da história, um retrocesso.

A agenda prioritária da política econômica externa deveria incluir quatro eixos principais. Primeiro: participação ativa do Brasil como demandeur nas negociações da Rodada de Doha em Genebra, especialmente com relação ao protecionismo agrícola. Segundo: negociações bilaterais seletivas com o objetivo de assinar ainda em 2003 um acordo de livre comércio com pelo menos um dos parceiros já mencionados. Por várias razões, inclusive interesse manifesto, o melhor candidato é a África do Sul. Terceiro: as relações com a Argentina dependem crucialmente de uma iniciativa concreta do Brasil com relação ao vizinho em dificuldades. Após muitos discursos, há uma grande demanda por fatos concretos. Finalmente, no âmbito da Alca, o objetivo brasileiro deve ser o de extrair uma proposta de acesso decente por parte dos EUA, incluindo os produtos sensíveis para os EUA. Concluir a negociação com sucesso seria uma realização maior do governo petista. A política econômica externa estaria então plenamente alinhada com anunciada política macroeconômica do novo governo.

Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio